

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.312 - SC (2020/0043164-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : ARI BANDEIRA**  
**ADVOGADO : DYSRAEL GERGELI FERRI - SC028505A**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 422):

**PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. REQUISITOS PREENCHIDOS.**

1. Comprovado o exercício de atividade especial por mais de 25 anos, a parte autora faz jus à concessão da aposentadoria especial.
2. A permanência a que se refere o art. 57, § 3º, da Lei nº 8.213/91 para fins de concessão da aposentadoria especial não requer que a exposição às condições insalubres ocorra durante todos os momentos da prática laboral. Basta que o empregado, no desempenho das suas atividades, diuturna e continuamente, sujeite-se ao agente nocivo, em período razoável da sua prestação laboral.
3. A Corte Especial deste Tribunal, em julgamento realizado em 24/05/2012, afirmou a inconstitucionalidade do § 8º do artigo 57 da Lei nº 8.213/91, razão pela qual não subsiste a necessidade de afastamento do segurado, após a concessão do benefício, de qualquer atividade sujeita à contagem especial.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 459-464).

Alega a autarquia a existência de violação dos arts. 85, §§ 2º e 11, e 1.022 do CPC/2015. Argumenta que o acréscimo na verba honorária em grau recursal seria exagerado.

Aduz, ainda, que a majoração recursal somente seria cabível quanto ao tema devolvido em apelação do sucumbente.

Defende que o Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos declaratórios, omitiu-se a respeito de questões relevantes ao deslinde da controvérsia

Admitido o recurso especial na origem, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Consta dos autos recurso extraordinário, com determinação de sobrestamento na origem, em virtude de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 709: Possibilidade de percepção do benefício da aposentadoria especial na hipótese em que o segurado permanece

no exercício de atividades laborais nocivas à saúde).

A Segunda Turma desta Corte Superior, no julgamento do AgRg no AREsp 153.829/PI, consignou que, "em razão das modificações inseridas no Código de Processo Civil pelas Leis 11.418/2006 e 11.672/2008 (que incluíram os arts. 543-B e 543-C, respectivamente), não há óbice para que o Relator, levando em consideração razões de economia processual, aprecie o recurso especial apenas quando exaurida a competência das instâncias ordinárias. Nesse contexto, se há nos autos recurso extraordinário sobrestado em razão do reconhecimento de repercussão geral no âmbito do STF e/ou recurso especial cuja questão central esteja pendente de julgamento em recurso representativo da controvérsia no âmbito desta Corte (caso dos autos), é possível ao Relator determinar que o recurso especial seja apreciado apenas após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, na forma do art. 543-B, § 3º, do CPC, e/ou após cumprido o disposto no art. 543-C, § 7º, do CPC" (AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 23/5/2012).

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, a fim de que o exame do recurso especial somente ocorra após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, na forma do art. 1.039 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator